

Comissões da CNA entregam documento a ministro

O presidente do Sistema Farsul e da Comissão Nacional de Crédito Rural da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Carlos Sperotto, entregou documento ao ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, no dia 1º de setembro, na Expointer. O documento, elaborado na reunião das comissões de Crédito Rural e de Cereais, Fibras e Oleaginosas, na mostra, solicita que seja expedido ato normativo autorizando, em caráter geral, as prorrogações de parcelas de custeio, vincendas em 2007. Também pede exclusão do texto das resoluções expressões do tipo “caso a caso”, “a critério da instituição financeira” e outras frases que freqüentemente confundem e impedem os processos de renegociações de dívidas. No nível operacional, a sugestão é para assegurar a plena prorrogação das parcelas de custeio para até um ano após o vencimento da operação.

O documento pede urgência nas alterações para que o financiamento da nova safra não seja comprometido. As comissões identificaram que, no atual processo de renegociação de dívidas rurais, o texto das normas recentemente expedidas vem prejudicando o acesso dos produtores aos mecanismos de prorrogações. Segundo análise dos técnicos, as formas expressas nas resoluções permitem interpretações que conferem excessivo



Pedido é para que prorrogação do custeio não seja caso a caso

poder discricionário aos operadores de crédito rural das instituições financeiras em detrimento dos direitos dos produtores assegurados na legislação de crédito rural.

O encontro foi coordenado por Sperotto, e pelo presidente interino da Comissão de Cereais, Fibras e Oleaginosas da CNA e vice-presidente da Federação da Agricultura de Goiás, José Mário Schreiner. Entre os pontos debatidos estiveram o Plano Agrícola e Pecuário 2007/08, detalhado pelo diretor do Departamento de Economia Agrícola do Mapa, Wilson Vaz de Araújo. O diretor de Agronegócios do Banco do Brasil, José Carlos Vaz, falou sobre a liberação de recursos para a safra 2007/08.

A Comissão Nacional de Cereais, Fibras e Oleaginosas avaliou as ações das federações nas questões que envolvem *royalties*. De acordo com

Sperotto, a Farsul estuda a possibilidade de entrar com ações jurídicas para reduzir as taxas cobradas pelas empresas quando passar dos 2%. Outro ponto discutido foram os problemas enfrentados na aprovação de matérias que são submetidas à Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio). Conforme a avaliação de José Mário Schreiner, os produtores rurais têm sido prejudicados pelas ações de ONGs, que dificultam as aprovações dessas matérias pela comissão.

Pautas referentes à aprovação de um orçamento para análise de mercado de fertilizantes, defensivos e sementes, além da definição de patentes de agroquímicos, serão encaminhadas para aprovação na CNA. O presidente Carlos Sperotto questionou ainda os preços mínimos que não levam em conta os reais custos de produção e cobrou liberação



João Carlos Machado, Reinhold Stephanes e Carlos Sperotto

para importação dos defensivos agrícolas do Mercosul.

A Comissão de Crédito Rural da Farsul pediu que, quando a prorrogação for de financiamento de custeio das safras 2003/04, 2004/05, 2005/06 e os investimentos vencidos ou a vencer até o final do ano, seja adotada prorrogação generalizada e não estudo caso a caso. Segundo o presidente da comissão, Elmar Konrad, a prorrogação deve ser feita independente da aprovação, desde que seja comprovada incapacidade de pagamento. “Caso não sejam consideradas as ponderações, ficará inviabilizada a operacionalidade de estudos individuais e a liberação de recursos, conforme o calendário agrícola, iniciado há 20 dias”, ressaltou Konrad.

Sperotto considera que o governo federal atendeu a primeira parte do pedido feito pela CNA ao ministro Step-

hanes. Ressaltou que a prorrogação das parcelas de custeio foi uma proposta de governo, e não resultado de ajustes ou negociações feitas pelo setor.

No dia 6 de setembro, Sperotto recebeu a confirmação do Banco do Brasil de que parte da proposta foi aceita. Segundo ele, produtores que precisam prorrogar 100% das parcelas de safras anteriores (em anos de seca) que vencem neste ano terão que fazer justificativa do que foi colhido e da incapacidade de pagamento. Aqueles que prorrogarem 70% do financiamento de investimento ou custeio devem fazer solicitação para desfrutar da prorrogação. Nos 30% restantes no financiamento de investimento, será concedido bônus de 15%. As regras valem para produtores de soja, milho, arroz e trigo. A liberação de novos financiamentos será imediata, após a apresentação das solicitações.

Parabéns aos nossos clientes pelas grandes conquistas na Expointer 2007!

Supra, mais do que produtos, resultados!